



**6º Encontro Internacional de Política Social**  
**13º Encontro Nacional de Política Social**  
Tema: Duzentos anos depois: a atualidade de Karl  
Marx para pensar a crise do capitalismo  
Vitória (ES, Brasil), 4 a 7 de junho de 2018

---

**Eixo: Pobreza e desigualdades no capitalismo contemporâneo.**

**A POBREZA E AS DESIGUALDADES NA OBRA MARXIANA**

**Jane Cruz Prates<sup>1</sup>**  
**Gissele Carraro<sup>2</sup>**  
**Inez Rocha Zacarias<sup>3</sup>**

**Resumo:** O presente artigo é fruto de trabalho coletivo realizado pelo grupo de pesquisa e busca aprofundar as concepções de pobreza e desigualdade, expressas na obra marxiana, como refrações constitutivas da questão social que se acentuam a partir da maturação do capitalismo ou do capitalismo em sua fase monopolista. Problematisa-se também as necessidades humanas e a negação das necessidades da classe trabalhadora. Resulta de estudo que tomou por base as principais obras de Marx e de Marx e Engels, a partir das quais se aporta conteúdos para interpretar esses processos sociais com base no referencial do materialismo dialético e histórico.

**Palavras-chave:** Pobreza; Desigualdades; Obra Marxiana.

**THE POVERTY AND THE INEQUALITIES IN THE WORK MARXIANA**

**Abstract:** This article is the result of a collective work carried out by the research group and seeks to deepen the conceptions of poverty and inequality expressed in the Marxian work as constitutive refractions of the social question that are accentuated by the maturation of capitalism or capitalism in its monopoly phase. Human needs and denial of the needs of the working class are also problematic. It is a study based on the main works of Marx and Marx and Engels, from which content is introduced to interpret these social processes based on the reference of dialectical and historical materialism.

**Keywords:** Poverty; Inequalities; Work Marxiana.

**1 Introdução**

Marx não se dedica ao aprofundamento do debate sobre processos sociais como a pobreza e a desigualdade, no entanto, seu objeto de estudo, o modo de produção capitalista para reproduzir-se necessariamente produz esses processos na medida em que se pauta na acumulação via exploração do trabalho. Desde suas obras de juventude Marx afirma que quanto mais o capital cresce para aqueles que o detém, mais cresce a pobreza e a penúria do trabalhador, embora sem o trabalho o capital não possa expandir-se.

---

<sup>1</sup> Doutora em Serviço Social, Professora do Curso de Graduação e Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-RS. E-mail: <jprates@puers.br>.

<sup>2</sup> Doutora em Serviço Social, Bolsista do Programa Nacional de Pós-Doutorado da CAPES, Professora Colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-RS. E-mail: <inez.zacarias@puers.br>.

<sup>3</sup> Doutora em Serviço Social, Bolsista do Programa Nacional de Pós-Doutorado da CAPES, Professora Colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-RS. E-mail: <gissele.carraro@puers.br>.

Para Marx a riqueza se constitui na possibilidade do homem desenvolver todas as suas capacidades, humanizar-se na relação com outros homens, o que pressupõe a superação de um espírito egoísta (construído socialmente pela cultura da sociedade burguesa) por uma consciência humano-genérica. Contudo, Marx é muito claro nas teses sobre Feuerbach, ao afirmar que são necessárias condições materiais de existência para que o homem desenvolva consciência e não o inverso. No modo de produção capitalista estas condições são subtraídas da classe trabalhadora e quanto mais complexas as sociedades e a forma de organização do trabalho nesse modo de produção, mais agudas, manipuladoras e subliminares são as estratégias para a captura material e simbólica da classe que produz. Além de níveis cada vez mais intensos de trabalho, em condições precárias que geram o adoecimento do trabalhador, a vida *just in time*, a qual é submetido, favorece a sua despontecialização como homem que pensa, que deseja, que se relaciona, que sente, que percebe e se articula, na medida em que *captura a sua subjetividade*, para usar uma expressão de Giovanni Alves (2014) roubando-lhe o sentido da objetivação humana.

A pobreza, portanto, é a do homem mercadoria, é o homem restrito a grosseira necessidade, limitado pela necessidade de ter para ser, prisioneiro daquilo que ele próprio criou através do seu trabalho. Marx, nos Manuscritos de Paris (1844), reconhece que a primeira necessidade humana é a própria manutenção da vida e para tanto é preciso comer, beber, habitar e reconhece também que o desenvolvimento das forças produtivas e o próprio desenvolvimento decorrente dessa relação cria novas necessidades, mas por outro lado, a sociedade da mercadoria impõe necessidades fetichizadas para ampliar os seus lucros, o que está na base do processo de consumismo.

## **2 As expressões de pobreza e desigualdade na obra marxiana**

A pobreza e a desigualdade, historicamente para Marx, resultam da luta de classes, “[...] homem livre e escravo, patricio e plebeu, barão e servo, membro das corporações e aprendiz, em suma opressores e oprimidos [...]” (MARX; ENGELS, 1998, p. 8). Como destaca no Manifesto do Partido Comunista (1848), é fruto de estruturas sociais ainda pouco desenvolvidas pelo homem, que se pautam e alimentam na exploração, subjugação de uns para a garantia do privilégio de outros.

Contudo esse processo se intensifica no modo de produção capitalista, onde a velocidade é uma de suas marcas, a produção de capital é diretamente proporcional a

produção da pobreza e da desigualdade, da concentração de renda e riqueza nas mãos de particulares, e, do aumento de populações descartáveis ou superprodução de população (disponível e necessária para acumulação do capital ou desenvolvimento da riqueza). A superestrutura jurídico-política e ideológica criada pelo Estado, como instrumento de consolidação e perpetuação da dominação da classe que está no poder (direitos, políticas, impostos, direção da educação, meios de comunicação, etc.), cria as condições para o exercício desses privilégios, legitimando as relações sociais exploratórias comandadas pelos imperativos socioeconômicos e políticos do capital e, conseqüentemente, fratura e fragmenta as lutas pela superação das estruturas sociais de dominação.

No conjunto da obra marxiana, em que são problematizadas as contradições existentes na relação capital-trabalho, há muitas expressões de desigualdade e pobreza duramente criticadas pelo pensador alemão que se expressam não apenas na fábrica, mas no conjunto das relações sociais algumas das quais passaremos a apresentar como contraprova.

Já nos textos de juventude, como no Manifesto do Partido Comunista, escrito em 1848, Marx critica a hipocrisia burguesa da defesa do vínculo familiar, quando expunha crianças, oriundas da classe trabalhadora, ao trabalho infantil, em condições muito precárias, reduzindo-as a mercadorias, tema que retoma na obra *O Capital*. Diz Marx e Engels, no Manifesto:

O palavório burguês sobre família e educação, sobre a relação estreita entre pais e filhos, torna-se tanto mais repugnante quanto mais a grande indústria rompe todos os laços familiares dos proletários e as crianças são transformadas em simples artigos de comércio e instrumentos de trabalho (MARX; ENGELS, 1998, p. 25).

O autor retoma esta temática dando visibilidade ao que chama de “orgias do capital”, em 1865, articulando dados empíricos quantitativos e qualitativos acerca da exploração do trabalho infantil ao afirmar:

A fabricação de fósforos de atrito data de 1833 [...] A metade dos trabalhadores são meninos com menos de 13 anos [...]. Essa indústria é tão insalubre que somente a parte mais miserável da classe trabalhadora, viúvas famintas, etc. cede-lhe seus filhos, crianças esfarrapadas, subnutridas, sem nunca terem frequentado escola [...]. Entre as testemunhas inquiridas, 270 tinham menos de 18 anos, 40 tinham menos de 10, 10 apenas 8 e 5 apenas 6. O dia de trabalho variava de 12, 14 e 15 horas, com trabalho noturno e refeições irregulares. (MARX, 1989, p. 279).

Complementa Marx (1989), aportando a expressão de um menino trabalhador de apenas 9 anos para ilustrar o que caracterizou como a ultrapassagem das “mais cruéis fantasias infernais”, ao afirmar:

Ninguém pode pensar na quantidade de trabalho que, segundo o depoimento de testemunhas, é realizado por crianças de 9 a 12 anos, sem concluir irresistivelmente que não se pode mais permitir que continue esse abuso de poder dos pais e dos patrões. [...] George, de 9 anos declara ‘Vim trabalhar aqui na sexta-feira passada. No dia seguinte tive de começar as 3 horas da manhã. Por isso fiquei aqui a noite inteira. Moro a 5 milhas daqui. Dormi no corredor sobre um avental e me cobri com um casco pequeno’. (MARX, 1989, p. 292).

Na obra *Glosas Críticas Marginais*, escrita em 1844, Marx dá visibilidade ao caráter global do capitalismo e a proporção também global de desigualdade que advém da relação capital-trabalho negada por análises limitadas. Nesse sentido dirige-se ao rei da Prússia argumentando

‘Num país não-político como a Alemanha’, responde o prussiano, ‘é impossível compreender que a miséria parcial dos distritos industriais é uma questão geral ainda que é um dano para o conjunto da sociedade. Para os alemães, o acontecimento tem o mesmo caráter de qualquer seca ou carestia local. Por isso, o rei o considera como um ‘defeito de administração ou de assistência’. O “prussiano” explica então essa concepção invertida da miséria dos trabalhadores, através da peculiaridade de um país não-político. (MARX, 2011, p. 142).

Na mesma direção mostra os limites da análise que justifica a inoperância do Estado e a transferência da responsabilidade à sociedade, apelando para a caridade e a religião ao dizer: “Miséria e crime são duas grandes calamidades: quem poderá repará-las? O Estado e as autoridades? Não, mas, ao contrário, a união de todos os corações cristãos”. (MARX, 2011, p. 142). As desigualdades são não só naturalizadas, como as políticas, para o seu enfrentamento pelo Estado são consideradas favorecedoras dessa condição. Na verdade, Marx tenta contrapor-se ao Rei da Prússia desocultando o fato de que a análise distorcida e fragmentada desloca a raiz do problema para mascará-lo e obscurecê-lo. Destaca Marx (2011, p. 146):

O parlamento inglês não se limitou à reforma formal da administração. Segundo ele, a causa principal da grave situação do pauperismo inglês está na própria lei relativa aos pobres. A assistência, o meio legal contra o mal social, acaba favorecendo-o. E quanto ao pauperismo em geral seria, de acordo com a teoria de Malthus uma eterna lei da natureza [...] (MARX, 2011, p. 146).

O enfrentamento à desigualdade e à pobreza como uma de suas mais significativas expressões exige investimentos que não interessam ao Estado, o seu reconhecimento como fruto do modo de organização da sociedade significaria o compromisso de enfrentá-las pelo conjunto da sociedade e pelo Estado como seu representante. Portanto, livrar-se dos pobres sistematicamente, segundo Marx (2011) parecia ser a estratégia mais adequada. Nesse sentido, sublinha:

‘Uma vez que a população tende a superar incessantemente os meios de subsistência, a assistência é uma loucura, um estímulo público a miséria. Por isso, o Estado nada mais pode fazer do que abandonar a miséria ao seu destino e, no máximo, tornar mais fácil a morte dos pobres’. (MARX, 2011, p. 146).

Dando visibilidade a contradição e a incoerência de um estado que ora pende para uma limitada proteção da pobreza, para assim subjugar-la e controlá-la, ora para a crítica aos poucos recursos destinados aos pobres os entendendo como estímulos nocivos a passividade, o pensador alemão mostra que, em razão do crescimento da riqueza gerar progressivamente cada vez mais pobreza, era preciso que o Estado transferisse aos próprios pobres a responsabilidade por esse processo, os culpabilizasse por isso e os punisse por essa culpa.

No contexto presente, de retrocesso de direitos, assiste-se a uma retomada de análises e iniciativas conservadoras que com críticas similares buscam desconstituir direitos, culpabilizar aqueles que lutam contra as interdições e por uma vida mais digna, deslocando de sua raiz as expressões da questão social que se agudizam. Penalizam do mesmo modo os mais pobres, que mais necessitam dos serviços públicos, negando-lhes o atendimento de suas necessidades mais elementares, como o direito à vida.

O texto de Marx é esclarecedor e profundamente atual se considerar-se a realidade brasileira como cenário. Diz, ainda em *Glosas Críticas Marginais* (1844):

Como se vê, a Inglaterra tentou acabar com o pauperismo primeiramente através da assistência e das medidas administrativas. Em seguida, ela descobriu, no progressivo aumento do pauperismo, não a necessária consequência da indústria moderna, mas antes o resultado do imposto inglês para os pobres. Ela entendeu a miséria universal unicamente como uma particularidade da legislação inglesa. Aquilo que, no começo, fazia-se derivar de uma falta de assistência, agora se faz derivar de um excesso de assistência. Finalmente, a miséria é considerada como culpa dos pobres e, deste modo, neles punida. A lição geral que a política Inglaterra tirou do pauperismo se limita ao fato de que, no curso do desenvolvimento, apesar das medidas

administrativas, o pauperismo foi configurando-se como uma instituição nacional e chegou por isso, inevitavelmente, a ser objeto de uma administração ramificada e bastante extensa, uma administração, no entanto, que não tem mais a tarefa de eliminá-lo, mas, ao contrário, de discipliná-lo. (MARX, 2011, p. 146-147).

E complementa enfatizando que a pobreza precisava ser punida, justificando o seu entendimento como delito. Na obra *A questão Judaica* (1843), Marx destaca o interesse que assume para o capitalismo a segurança pública.

*A segurança é o supremo conceito da sociedade civil, o conceito de polícia, porque a sociedade toda apenas existe para garantir a cada um dos seus membros a conservação da sua pessoa, dos seus direitos e da sua propriedade. [...] Pelo conceito de segurança, a sociedade civil não se eleva acima do seu egoísmo. A segurança é, antes, o asseguroamento do seu egoísmo.* (MARX, 2009, p. 65).

Logo, a repressão para a garantia de privilégio e da propriedade no modo de produção capitalista não poderia ser diferente. Outrossim, a repressão tem se constituído num “[...] estado de guerra permanente, dirigido aos pobres, aos ‘desempregados estruturais’, aos ‘trabalhadores informais’, aos emigrantes, [...] que se instala progressivamente nos países centrais e nos países periféricos [...]” (NETO, 2012, p. 219). A ordem capitalista precisa ser mantida a qualquer custo por essa razão alterna concessões de direitos com períodos de repressão. Essa “filantropia teórica”, diz Marx ainda em *Glosas Criticas Marginais* (1844), se soma a ideia de que “[...] o pauperismo é a miséria da qual os próprios trabalhadores são culpados, e ao qual, portanto, não se deve prevenir como uma desgraça, mas antes reprimir e punir como um delito.” (MARX, 2011, p. 146).

Como contraponto a criminalização e culpabilização da pobreza e desocultando a contradição e hipocrisia do Estado que não oferta as mínimas condições materiais de existência, mostra a contradição insuperável do Estado classista. Argumenta Marx (2011, p. 147):

[...] para educar as crianças, é preciso alimentá-las e liberá-las da necessidade de trabalhar para viver. Alimentar e educar as crianças abandonadas, isto é, alimentar e educar todo o proletariado que está crescendo, significaria eliminar o proletariado e o pauperismo (MARX, 2011, p. 147).

Complementa o autor ressaltando que

o Estado não pode eliminar a contradição entre a função e a boa vontade da administração, de um lado, e os seus meios e possibilidades, de outro, sem eliminar a si mesmo, uma vez que repousa sobre essa contradição. Ele repousa sobre a contradição entre vida privada e pública, sobre a contradição entre os interesses gerais e os interesses particulares. (MARX, 2011, p. 148-149).

Marx finaliza suas reflexões em *Glosas Críticas Marginais* (1844), salientando a importância de que o homem reencontre sua essência na relação humanizada com os outros homens, ideia que será recorrente no conjunto de sua obra, ou nas palavras do autor: “[...] a comunidade da qual o trabalhador está isolado [...], da qual é separado pelo seu trabalho, é a própria vida, a vida física e espiritual, a moralidade humana. A essência humana é a verdadeira comunidade humana.” (MARX, 2011, p. 153-154).

Na obra *os Manuscritos de Paris* (1844), mais especificamente no Primeiro Manuscrito, Marx inicia suas reflexões sobre as contradições do mundo do trabalho, dando visibilidade a perversidade do modo de produção capitalista que apenas mantém viva uma de suas propriedades, a força de trabalho. Na verdade Marx fala do que hoje designa-se criticamente de mínimos sociais. Diz o autor: “A mais baixa e a única necessária tabela de salários é aquela que provê à subsistência do trabalhador durante o trabalho e a um suplemento adequado para criar a família a fim, de que a raça de trabalhadores não se extinga” (MARX, 1993, p 101).

E complementa enfatizando que o trabalho, produto da ação humana passa a controlar o trabalhador, invertendo o processo, tema que irá desenvolver mais aprofundadamente na obra *O Capital*, dando visibilidade aos níveis de alienação. Nos *Manuscritos de Paris*, ainda na sua juventude, o autor afirma: “o trabalhador não tem apenas que lutar pelos meios físicos de subsistência; deve ainda lutar por alcançar trabalho, isto é, pela possibilidade e pelos meios de realizar a sua atividade.” (MARX, 1993, p 103). Referindo-se a degradação dos trabalhadores complementa enfatizando que nesse processo:

[...] o resultado para o trabalhador é o trabalho excessivo e a morte prematura, a degradação em máquina, a sujeição ao capital que se acumula em ameaçadora oposição a ele, nova concorrência, a morte, a fome ou a mendicância para uma parte dos trabalhadores. (MARX, 1993, p 105).

Nas páginas seguintes ainda do Primeiro Manuscrito, Marx aporta reflexões sobre a automação e os trabalhadores sobrantes, embora não utilize estes termos, mostrando que o interesse privado se sobrepondo ao interesse social, e ressaltando, com base no que aponta Smith, o reconhecimento de que a maioria da sociedade se torna infeliz em decorrência da necessidade de viabilizar a prosperidade de poucos, donde conclui que “[...] a miséria social constitui o objetivo da economia” (MARX, 1993, p. 107) neste modo de produção.

Por fim, associa a pobreza não a mínimos, mas ao atendimento de necessidades, não só ampliando o âmbito do processo, porém incluindo a criação de necessidades pelo capital para potencializar o consumo alienado. Diz Marx (1993, p. 111):

O samoiado não é pobre com o seu óleo de baleia e o seu peixe rançoso, porque na sua sociedade isolada todos têm idênticas necessidades. Questiona-se, portanto, como os sobrantes de um mercado de trabalho cada vez mais restrito terão acesso ao atendimento das necessidades criadas pela sociedade global? Novas frustrações, violência, revoltas, depressões, suicídios resultam dos desejos fetichizadas e inalcançáveis para uma grande maioria da população (MARX, 1993, p. 111).

Aqui Marx faz referência às necessidades sociais (ou necessidades humanas básicas, conforme Pereira, 2007), abalizadas como exigências primordiais para a vida material e subjetiva de todo ser humano, ou seja, comuns e universais a toda população do mundo, devendo ser garantidas independente de raça, etnia, cultura, credo, religião, “gosto” ou preferências individuais. Contudo, em sociedades regidas pelo modo de produção capitalista, privilegia-se a provisão dos mínimos sociais<sup>1</sup> (ou mínimos de subsistência) e não o básico, isto é, preferências “individuais e relativas”, que se submetem ao consumo, à lógica do mercado, em que cada indivíduo tem a seu dispor formas de satisfazê-las, com o máximo de trabalho e de força de vontade.

Nessa ótica, o mercado acaba tornando-se “[...] agência-mor de provisão, e o *consumidor* (e não o cidadão) como alvo de satisfações, inclusive públicas. [...] Assim, a ideia de necessidade confunde-se com *preferências partilhadas* ou *demandas* definidas

---

<sup>1</sup> A respeito do mínimo e do básica, esclarece Pereira (2007, p. 26-27): *Mínimo e básico* são, na verdade, conceitos distintos, pois, enquanto o primeiro tem conotação de menor, de menos, em sua acepção mais ínfima, identificada com patamares de satisfação de necessidades que beiram a desproteção social, o segundo não. O *básico* expressa algo *fundamental, principal, primordial*, que serve de base de sustentação indispensável e fecunda ao que ela se acrescenta [...].

pelos consumidores [...]” (PEREIRA, 2007, p. 41), tornando-se “[...] em algo necessário, em necessidade historicamente produzida – é a tendência do capital”. (MARX, 2011, p. 704). Assim, as necessidades particulares de consumo e a produção, reprodução e valorização do capital sobrepõem-se à esfera das necessidades humanas básicas. Melhor dizendo, “[...] a completa subordinação das necessidades humanas à reprodução de valor de troca – no interesse da autorrealização ampliada do capital – tem sido o traço marcante do sistema desde seu início”. (MÉSZÁROS, 2011, p. 606).

O capital, enquanto processo, “[...] mascara e fetichiza, alcança crescimento mediante a destruição criativa, cria novos desejos e necessidades, explora a capacidade do trabalho e do desejo humanos, transforma espaços e acelera o ritmo de vida. (HARVEY, 2007, p. 307). Para garantir sua reprodução, expansão e manutenção é requisito fundamental o capital ter sob controle o trabalho do homem, porque, sem exploração do trabalho pelo capital não há criação de mais-valor na sociedade do consumo. Portanto,

[...] o que aparece do ponto de vista do capital como mais-valor, aparece do ponto de vista do trabalhador exatamente como mais-trabalho acima de sua necessidade como trabalhador [...] [da] conservação de sua vitalidade. [...] Conseqüentemente, capital e trabalho comportam-se aqui como dinheiro e mercadoria; o primeiro é a forma universal da riqueza, a segunda é só a substância que visa o consumo imediato. Todavia, como aspiração incansável pela forma universal da riqueza, o capital impele o trabalho para além dos limites de sua necessidade natural e cria assim os elementos materiais para o desenvolvimento da rica individualidade [...]. (MARX, 2011, p. 404-405).

O processo de individualização humana, exaltado e legitimado pela classe burguesa, tem a intenção de fragmentar os trabalhadores no coletivo, negligenciando-os em sua inserção classista e negando a existência da luta de classes. No Segundo Manuscrito de Paris, Marx mostra o ocultamento dos processos de exclusão, a invisibilidade dos processos de desigualdade, a supervalorização da mercadoria e a desvalorização do homem. Algumas passagens do Segundo Manuscrito são emblemáticas (MARX, 1993):

Com a valorização do mundo das coisas aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens. (MARX, 1993, p. 159).

O trabalho produz maravilhas para os ricos, mas produz a privação para o trabalhador. Produz palácios, mas casebres para o trabalhador. Produz beleza, mas deformidade para o trabalhador. (MARX, 1993, p. 161).

[...] o desempregado, o faminto, o miserável, o criminoso são figuras de homem que não existem para a economia política, mas só para outros olhos, para os do médico, do coveiro, do burocrata [...] são fantasmas que se situam fora do seu domínio. (MARX, 1993, p. 174).

Estes extratos revelam que, no modo de produção capitalista, o trabalho e o produto gerado por essa atividade vital é estranho ao trabalhador, quanto mais produz, menos possui e mais fica sob o domínio do capital, reduzido a mercadoria. Consequentemente, a riqueza de alguns é acompanhada da privação do necessário para muitos, e, conseqüentemente da pauperização da maioria que a produzem. Portanto, a pobreza (pauperização) e as desigualdades são resultado da exploração da força de trabalho e da riqueza expropriada do trabalhador – apropriada pelo capital. Para isso, é condição indispensável a separação entre o agente do processo de trabalho e a propriedade dos meios de produção.

Nessa perspectiva, instaura-se, na ordem societária vigente, um processo de desumanização da classe trabalhadora, onde as carências, as necessidades, os sentidos e as capacidades assumem o sentido do ter. Nas “[...] ações e relações sociais, tendem a predominar os fins e os valores constituídos no âmbito do mercado [...]. Esse é o reino da racionalidade instrumental, em que também o indivíduo se revela adjetivo, subalterno” (IANNI, 2001, p. 21). Como resultado, o lugar de todos os sentidos físicos e subjetivos passa a ser ocupado pelo estranhamento destes sentidos, em um nível tacanho de desumanização e empobrecimento, transformando o trabalhador em um ser destituído de sentidos e necessidades. (MARX, 1993). Esse processo de estranhamento faz com que o homem não consiga desenvolver os sentidos, criando na proporção inversa a riqueza socialmente produzida, a pobreza. Daí,

a economia política, a ciência da riqueza, revela-se assim ao mesmo tempo a ciência da renúncia, da privação, da poupança, que consegue realmente poupar ao homem a necessidade de ar puro ou de atividade física. [...] Quanto menos cada um beber, comer, comprar livros, for ao teatro, ao baile, ao bar, quanto menos cada um pensar, amar, teorizar, cantar, pintar, poetar, etc. mais poupará. (MARX, 1993, p 210).

Complementando os debates realizados no Primeiro e no Segundo Manuscritos de Paris (ou Manuscritos Econômico-Filosóficos), o pensador é sarcástico ao afirmar: “Se não tenho dinheiro para viajar, não tenho necessidade de viajar. Se tenho

vocação para estudar, mas sem dinheiro para isso, então não tenho vocação para estudar.” (MARX, 1993, p. 233).

Na *Ideologia Alemã* (1846), Marx e Engels mostram o movimento de separação do campo e da cidade provocado pelo capitalismo gerando desigualdades intensas em ambos os locais. A transferência vertiginosa de trabalhadores do campo para a cidade, sem condições estruturais para recebê-los e garantir-lhes condições dignas de sobrevivência deram origem a criação de amplos bolsões de pobreza, mas significavam também o sonho de novas oportunidades. Nessa direção, os autores explicitam: “Com as cidades aparece simultaneamente a necessidade de administração, de polícia [...]. A cidade já é o fato da concentração da população, dos instrumentos de produção, do capital, dos prazeres e das necessidades [...]”. (MARX; ENGELS, 1993, p. 78). A plebe, composta por trabalhadores diaristas que vinham de distintos lugares para atender as demandas da expansão capitalista foi criada pelas cidades, consideradas locus de acumulação do capital.

### **3 Considerações Finais**

Conforme os extratos da obra de Marx analisados pelo presente artigo, fica evidente a preocupação do autor, ao longo de toda a sua trajetória intelectual e política, em decifrar as origens das desigualdades sociais. Conforme afirma Mandel (1980), Marx já demonstrava interesse pela questão social já nos seus primeiros escritos, quando ainda trabalhava como jornalista. E essa preocupação o acompanhou até o final de sua vida. Para isso, inúmeros exemplos sobre as condições de vida dos trabalhadores em sua época foram utilizados tanto para respaldar suas conclusões, como ponto de partida para elaborações cada vez mais complexas sobre a estrutura e organização da sociedade capitalista.

Nas suas últimas obras como os *Grundrisse* (1858) e *O Capital*, Marx revela como o modo de produção que naquele momento se consolidava, podia produzir um grande acúmulo de riqueza, através da revolução constante dos meios de produção, mas ao mesmo tempo, indispensavelmente para esse processo de acumulação, uma massa de trabalhadores, mulheres, homens e crianças, vê-se obrigada a viver em condições extremamente precárias e totalmente dependente da sua inclusão nesse processo desigual para garantir o mínimo para a sua sobrevivência. Marx demonstra isso através da seguinte conclusão: conforme o capitalismo amplia seu investimento em capital constante,

consequentemente se observa a ampliação de uma parte da população que torna-se dispensável ao processo de acumulação.

A produção de uma superpopulação relativa ou a liberação de trabalhadores avança mais rapidamente do que a transformação técnica do processo de produção, acelerada com o progresso da acumulação, e do que o correspondente decréscimo proporcional do capital variável em relação ao constante. [...] O trabalho excessivo da parte empregada da classe trabalhadora engrossa as fileiras de seu exército de reserva, enquanto, inversamente, a forte pressão que este exerce sobre aquela, através da concorrência, compele-a ao trabalho excessivo e a sujeitar-se às exigências do capital. (MARX, 1989, p. 738).

Conforme a lei geral de acumulação capitalista acima descrita pelo próprio Marx, essa tendência no processo de reprodução do capital acarreta no crescimento do que chamava de exército industrial de reserva, ou seja, uma população que não se insere no mercado de trabalho, vivendo o suplício de uma vida miserável em todos os seus aspectos.

A magnitude relativa do exército industrial de reserva cresce, portanto, com as potências da riqueza, mas quanto maior esse exército de reserva em relação ao exército ativo, tanto maior a massa de superpopulação consolidada, cuja miséria está na razão inversa do suplício de seu trabalho e ainda quanto maior essa camada de lázaros da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior o pauperismo. Esta é a lei geral, absoluta, da acumulação capitalista. (MARX, 1989, p. 747).

Além disso, Marx faz a seguinte conclusão sobre a lei de acumulação:

Esta lei se transmuta na seguinte: quanto maior a produtividade do trabalho, tanto maior a pressão dos trabalhadores sobre os meios de emprego, tanto mais precária, portanto, sua condição de existência, a saber, a venda da própria força para aumentar a riqueza alheia ou a expansão do capital. (MARX, 1989, p. 748).

Portanto, não é em vão que Marx se detém muitas vezes ao longo da obra em questão na revelação sobre as condições de vida dos trabalhadores, seja se referindo ao trabalho infantil, do trabalho da mulher, dos casos de morte entre os operários ocasionados pelo sobretrabalho aos quais eram submetidos, ou seja, reflexões empíricas originárias de um árduo trabalho de campo realizado pelo autor e que o permitiram confirmar sua tese.

Em todas as formas de sociedade, é uma determinada produção e suas correspondentes relações que estabelecem a posição e a influência das demais produções e suas respectivas relações. [...] É um éter particular que determina

o peso específico de toda existência que nele se manifesta. (MARX, 2011, p.59).

Ou dito de outro modo, o modo de produção estabelece relações e condiciona todas as demais produções, relações e formas de expressão, econômicas, sociais, culturais, políticas. No que diz respeito a ciência, estabelece os conhecimentos que são relevantes e os que são secundários, prioriza investimentos para esta ou aquela área considerada prioritária, estabelece valores hierarquizados para áreas e profissões, determina relações, valores e prioridades e mais, cria as condições para conformar sujeitos que reproduzam seus valores como se fossem naturais. O éter que a tudo afeta, para usar a brilhante figura de linguagem expressa por Marx.

## Referências

ALVES, Giovanni. **Trabalho e neodesenvolvimentismo**: choque de capitalismo e nova degradação do trabalho no Brasil. Bauru: Praxis, 2014.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. 16. ed. São Paulo: Loyola, 2007.

IANNI, IANNI, Octavio. **Teorias da globalização**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. In: COUTINHO, Carlos Nelson et. al.; FILHO, Daniel Aarão Reis (Org.). **O Manifesto Comunista 150 anos depois**. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

\_\_\_\_\_. **A ideologia alemã**. 9. ed. São Paulo: HUCITEC, 1993.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. 13.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Textos filosóficos. Lisboa: Edições 70, 1993.

MARX, Karl. Glosas críticas marginais ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social”. De um prussiano. In: **Revista Germinal**: Marxismo e Educação em Debate, Londrina, v. 3, n. 1, p. 142-155, fev. 2011. Disponível em: <[https://portalseer.ufba.br/index.php/revista\\_germinal/article/view/9501/6925](https://portalseer.ufba.br/index.php/revista_germinal/article/view/9501/6925)>. Acesso em 06 mar. 2018.

MARX, Karl. **Grundrisse**. 1. ed. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

MARX, Karl. **A questão judaica**. Rio de Janeiro: Achimé, n/d.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. 1.ed. revista. São Paulo: Boitempo, 2011.

NETTO, José Paulo. Capitalismo e barbárie contemporânea. **Argumentum**, Vitória, v. 4, n.1, p. 202-222, jan./jun. 2012. Disponível em: <<http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/netto-jose-paulo-201608060404028661510.pdf>>. Acesso em: 6 mar. 2018.

PEREIRA, Potyara A. P. **Necessidades humanas**: subsídios à crítica dos mínimos sociais. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.